

Comum Urbano na América Latina III

Comuns urbanos e instituições em tempos ameaçadores

RESUMO GERAL

Como vem sendo pontuado pelo trabalho do Grupo de Pesquisa CUAL (Comum Urbano na América Latina), resta claro que o debate sobre os comuns não é recente. Ainda assim, as produções acadêmicas, os casos identificados e a relevância dos comuns como prática são acentuados com o sistema normativo neoliberal (Dardot & Laval; Hardt & Negri; Stravides). Em meio ao contexto de sistema econômico regressivo e especulativo; das reformas políticas refratárias a direitos sociais; do individualismo, da competitividade e da privatização generalizadas; da intensificação de discursos e práticas autoritárias, violentas, segregadoras e excludentes; e, ainda, da iminência de colapso ambiental global, vivemos tempos ameaçadores para a própria vida. Os comuns tornam-se, portanto, um debate fundamental e potencialmente transformador da contemporaneidade e, em especial, da vida urbana.

Enquanto a mesa I aborda questões de caráter teórico e a mesa II parte de observações e análises de fenômenos urbanos sobre o comum urbano na América Latina, essa mesa III, proposta pelo grupo, aborda o sistema político contemporâneo, suas relações fundamentais com a produção do espaço urbano e as possibilidades de ação institucional na promoção dos comuns. Indo de encontro à polarização entre capitalismo e socialismo, ou ainda da concepção moderna de Estado e mercado, os comuns promovem novas formas institucionais e arranjos políticos nos quais princípios coletivos, horizontais e comunitaristas (commoning) estão no centro da prática comunal (De Angelis). Justamente ao desafiar arranjos fortemente arraigados não só no capitalismo, mas no próprio humanismo iluminista, é necessário explorar a relação entre os comuns urbanos e o sistema político contemporâneo.

Abordando as relações entre comuns urbanos e instituições em suas potencialidades e dificuldades, buscamos indagar e promover reflexões sobre as possibilidades existentes nas cidades contemporâneas, ameaças e formas alternativas de ação pública pautadas na promoção da vida diversa, plural, inclusiva e equitativa. Para tanto, a mesa apresenta quatro trabalhos.

No primeiro trabalho, é feita uma reflexão sobre o papel dos mecanismos estatais para a promoção da propriedade comum e do “comum urbano”, sem a pretensão de que as ações estratégicas dentro do poder público substituam a luta política e o engajamento cidadão na transformação social.

O segundo trabalho explora os limites para a atuação dos comuns e suas articulações institucionais. Ressignificados e reapropriados por processos políticos contemporâneos, os comuns também servem como práticas de resistência e coexistência nas cidades brasileiras, lançando luz sobre desigualdades sociais e promovendo diversidade e inclusão ao influenciar projetos e políticas públicas.

Já no terceiro trabalho, examinando-se as ações comunitárias que vêm ocorrendo no Campão do Santinho, em Florianópolis, são apresentadas práticas e processos articulados aos comuns urbanos capazes de efeitos restauradores

em dimensões quase sempre ignoradas ou negligenciadas pelas políticas urbanas e que estão sujeitas à normatividade cotidiana e imperativa da tradução de todos os sentidos, espaços e objetos em valores monetários: as dimensões psicofisiológicas e cognitivas relacionadas à convivialidade humana.

Por fim, o último trabalho busca identificar o sistema político contemporâneo em suas relações com o planejamento urbano, apresentando as ambiguidades e desafios existentes com relação à apropriação de estratégias e estéticas (superficialmente) identificadas como “comuns”, mas sem os sentidos originais do commoning. Assim, o caso de uma praça no centro de Florianópolis/SC expõe como a construção de signos promovidos como práticas coletivas e criativas de apropriação do espaço podem ser inseridas em propostas mais abrangentes de competitividade e marketing urbano.

QUAL O PAPEL ESTRATÉGICO DO PODER PÚBLICO PARA A PROMOÇÃO DO “COMUM URBANO”?

No livro “Comum: ensaio sobre a Revolução no século XXI”, Dardot e Laval defendem que a luta para a superação do capitalismo exige o desenvolvimento de instituições e regras para o autogoverno dos seres humanos, a busca pela institucionalização de práticas de cooperação democrática em todos os domínios da vida social. Por sua vez, Henri Lefebvre apresenta ao leitor de “A Revolução Urbana” o “método de transdução”, uma forma cuidadosa de se fazer avançar a reflexão sobre a sociedade urbana, no limiar entre o pensamento u-tópico e a práxis. A partir da recomendação desses autores, é possível fazer um comentário sobre o papel do Estado, a despeito de suas limitações no Modo de Produção Capitalista, como agente indutor de políticas urbanas de propriedade comum. Em um passo adiante, seria possível identificar, definir e classificar abordagens estratégicas do poder público para promover um contraponto efetivo ao neoliberalismo, no sentido de se buscar uma verdadeira reorganização das formas de se produzir e relacionar? Como as pessoas poderiam utilizar a propriedade pública para a promoção dos “comuns urbanos”?

TECIDO COLETIVO E MANOBRAS DE RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

A pesquisa busca provocar reflexões sobre como dinâmicas comunitárias e colaborativas estão remodelando espaços urbanos e, em última instância, influenciando projetos e políticas públicas. O movimento dos comuns é uma luta permanente que enxerga a coatividade como instrumento fundamental de ação política em oposição inclusive ao Estado. Aqui, buscamos provocar a seguinte questão: Existem limites para a livre atuação? Em algum momentos ditas práticas engajam-se transversalmente com o debate oficial, seja por meio municipal, judicial ou institucional. Espaços comuns, outrora alvo de apropriações informais, passaram a ser objeto de disputa urbana, sendo constantemente resignificados. Ditas trajetórias desempenham um papel de extrema importância, tendo em vista que propiciam o debate político entre as pessoas e aumentam a diversidade de expressões culturais em um determinado território. Em oposição à cidade pensada com base na função produtiva, o tecido social coletivo procura uma relação de coexistência e cooperação. O desdobramento do cenário político brasileiro sofre vários retrocessos que deixam

em evidência desafios de interação entre manobras de resistência e questões de ressignificação da vida pública. Além disso, tais práticas nos permitem lançar uma luz sobre o campo interseccional, no sentido de contextualizar as desigualdades sociais por meio de elementos de identificação como gênero, raça, classe e orientação sexual.

COMUNS URBANOS COMO AMBIENTES RESTAURADORES: O CASO DO CAMPÃO DO SANTINHO EM FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA

Há quase meio século, a normativa neoliberal rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas, transforma as sociedades e remodela as subjetividades. Ao estabelecer um cenário de competitividade generalizada, o neoliberalismo cria também um padrão de comportamento avesso aos sentidos de coletividade e comunidade, que são substituídos pela atomização, super-responsabilização e autocoerção, precursores de transtornos mentais como depressão, ansiedade e esgotamento. Neste contexto e a partir da compreensão fundamental da cidade como espaço de produção e reprodução social, os comuns urbanos sinalizam a possibilidade de um caminho alternativo. Agindo primordialmente como experiências de contraconduta aos valores disseminados pelo sistema hegemônico contemporâneo, esses espaços também podem ser analisados a partir do seu potencial restaurador por apresentarem, em diversas experiências, fatores considerados capazes de recuperar aspectos psicofisiológicos e cognitivos prejudicados pela compreensão normativa neoliberal do cotidiano. Como exemplo, este trabalho explora o Campão do Santinho, localizado em Florianópolis/SC e onde ações comunitárias vem promovendo o usufruto de um espaço promotor de bem-estar coletivo enquanto enfrentam o cercamento e a privatização do espaço pelo interesse privado. Portanto, ao configurar-se como um espaço restaurador de subjetividades e sociabilidades, o Campão articula-se a luta mais ampla em prol do direito à natureza e à cidade.

COMUNS URBANOS E O PLANEJAMENTO DA CIDADE CONTEMPOR NEA: AMBIGUIDADES E DESAFIOS NAS APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS CENTRAIS

Os limites do sistema de acumulação fordista; às críticas ao Estado moderno e as retóricas sobre a necessidade de sua “diminuição”; a perda de população e de dinamismo econômico de áreas urbanas; novos desenvolvimentos tecnológicos, entre outros, servem como justificativa para promoção de um novo modelo de planejamento urbano, dito estratégico, competitivo, empresarial, ou de urbanismo neoliberal. Paralelamente, a crise do Estado e do planejamento urbano modernos também foi centrada na crítica de grupos progressistas que consideravam seus discursos e práticas excludentes, centralizadoras e autoritárias. Assim, na busca por maior respeito às realidades ambientais, culturais e sociais, bem como à inclusão econômica, grupos sociais vêm pressionando pela maior participação na produção, gestão e manutenção do espaço urbano. Este trabalho aborda a ambiguidade presente nos comuns urbanos, que podem ser apropriados como imagem para incorporação e mercantilização dentro da atual fase do capitalismo biopolítico e de planejamento estratégico. Assim, explora-se o potencial explicativo dos comuns no caso de uma praça no centro de Florianópolis que se utiliza de um discurso de prática

coletiva e horizontal, para demonstrar a sua inserção em uma proposta de renovação da área para um distrito cultural e criativo que pode gerar a gentrificação do entorno.